



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

Relatório INSP-2022-0082

BI-2022-0069

1 – Dados gerais

1.1 - Inspeção

Data: 19/05/2022

Hora: 13h50

Tipo: Reinspeção (Irregularidades)

Motivo da inspeção: Seguimento

Inspetor responsável: Paulo M. Pires

Outros inspetores da IRA: António MR. Moutinho

Descrição da inspeção:

A inspeção foi realizada ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 30.º do anexo I do Decreto Regulamentar Regional n.º 17/2021/A, de 8 de julho de 2021, que estabelece a orgânica da Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, e teve como objetivo verificar o grau de cumprimento das medidas de regularização impostas na sequência da inspeção realizada em 11/11/2019 (BI-2019-0168).

No local foi contactado João Pedro Machado que prestou os esclarecimentos solicitados e acompanhou a visita às instalações.

A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação ambiental. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com a toda legislação ambiental aplicável.

1.2 – Empresa/entidade inspecionada

Firma/nome: Filnor, Lda.

NIPC/NIF: 512022950

Sede/morada: Caminho dos Terreiros, nº 1-F

Código Postal: 9880-368

Freguesia: Santa Cruz da Graciosa

Concelho: Santa Cruz da Graciosa

Ilha: Ilha da Graciosa

1.3 – Estabelecimento/local inspecionado

Nome: Supermercado FILNOR

Endereço: Caminho dos Terreiros, nº 1-F

Código Postal: 9880-368

Freguesia: Santa Cruz da Graciosa

Concelho: Santa Cruz da Graciosa

Ilha: Ilha da Graciosa

Atividade principal: 47111 - Comércio a retalho em supermercados e hipermercados

Período de funcionamento:

Licenciamento da atividade: Alvará de Licença de Utilização nº 04/2010



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

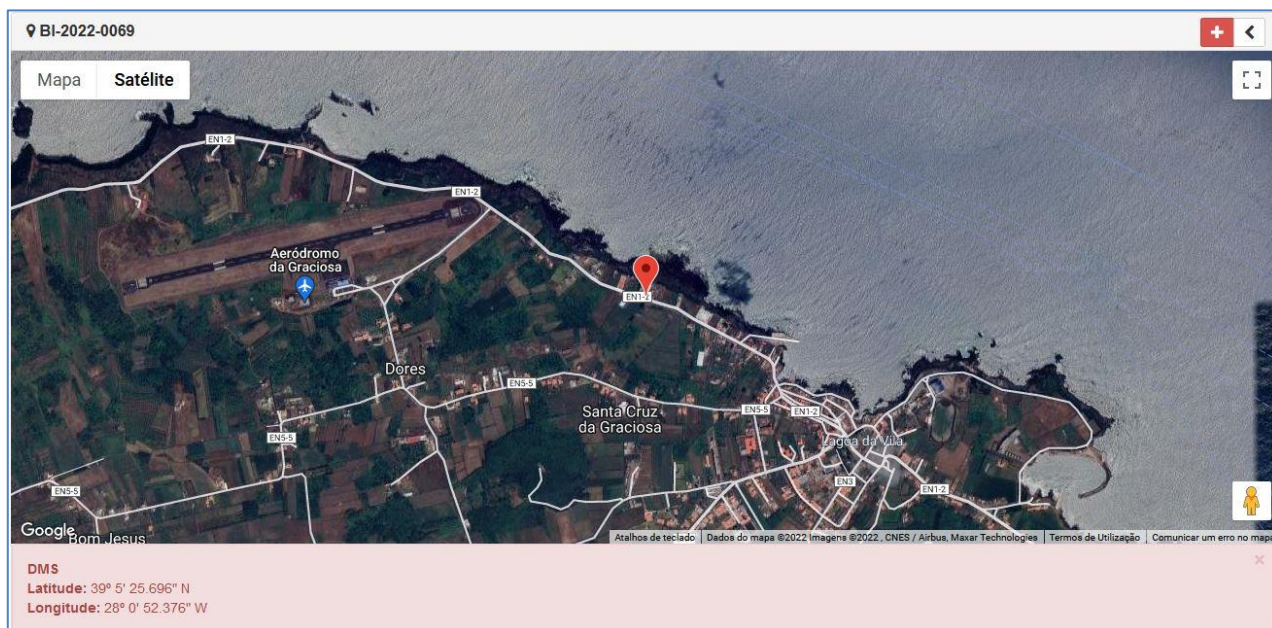


Figura 1.1: Localização do estabelecimento inspecionado.

2 – Situação observada

2.1 – Antecedentes

Na inspeção realizada em 11/11/2019 verificou-se que o estabelecimento não possuía um registo atualizado dos equipamentos que continham gases fluorados com efeitos de estufa em quantidades iguais ou superiores a 5 toneladas equivalentes de CO₂, para efeitos da verificação para deteção de fugas nos termos do artigo 4.º do Regulamento (UE) n.º 517/2014, de 16 de abril.

No levantamento entretanto efetuado foram identificados no estabelecimento (loja Filnor dos Terreiros) 4 equipamentos sujeitos a verificação periódica de deteção de fugas: duas vitrines com 3,5 kg de R134a cada uma (5 ton. equivalente CO₂), uma câmara de congelados com 12,5 kg de R404A (49,02 ton. equivalente CO₂) e uma câmara de refrigerados com 8,45 kg de R134a (12,08 ton. equivalente CO₂). Todos os equipamentos estavam sujeitos a verificações para deteção de fugas com periodicidade anual.

2.2 – Descrição da situação observada

Na visita inspetiva foram apresentadas as fichas de verificação periódica para deteção de fugas relativas à câmara de congelados e à câmara de refrigerados. As verificações foram efetuadas por técnicos certificados ao serviço de



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspecção Regional do Ambiente

empresas certificadas. Foi também evidenciada a comunicação de dados à DRAAC relativamente àqueles dois equipamentos, para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 145/2017, de 30 de novembro.

Em relação aos outros dois equipamentos (vitrines) o operador referiu que não se apercebeu que também estavam abrangidos pela obrigatoriedade de verificação de fugas e que ia regularizar a situação de imediato.

2.3 – Outras informações obtidas

No dia 26/05/2022 o operador remeteu por e-mail as fichas de verificação para deteção de fugas dos equipamentos que se encontravam em falta.

3 – Irregularidades e infrações detetadas

Foram verificadas as seguintes infrações:

- a) À data da inspeção verificou-se que o operador não tinha realizado a verificação para deteção de fugas a todos os equipamentos abrangidos, o que constitui contraordenação ambiental grave, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 145/2017, de 30 de novembro, punível com coima de €12 000 a €216 000, nos termos da alínea b) do n.º 3 da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 89/2009, de 31 de agosto.

A situação de infração foi regularizada no dia 25/05/2022 mediante a realização de verificação para deteção de fugas aos equipamentos que estavam em falta. Esta verificação foi efetuada por parte de técnico certificado ao serviço de empresa certificada para o efeito.

4 – Indicações e medidas adotadas

Indicações transmitidas: ----

Medidas adotadas:

- ☒ Envio do relatório à entidade inspecionada, para conhecimento.
- ☒ Arquivamento do processo inspetivo.
- ☐ Notificação para regularização.
- ☐ Levantamento de auto de notícia.
- ☐ Outra: